

## PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

Através do presente instrumento particular de mandato,

### OUTORGANTE:

Nome: ERICKSON BERNADO DE LIMA  
Qualificação: brasileiro  
CPF/MF: 024942394-79 RG: 2196296  
Endereço: Rua Antônio Angelo 206 Cruz das Almas  
58086130 João Pessoa - PB.

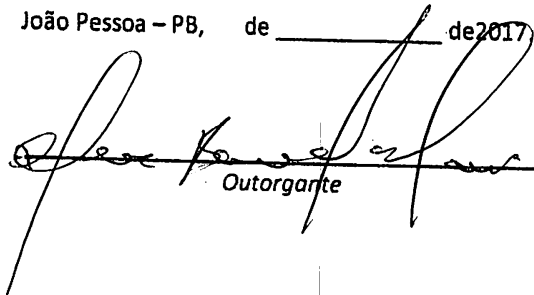
**OUTORGADOS:** FABIO CARNEIRO CUNHA LIMA, inscrito na OAB/PB, sob o nº. 13.527 e ANA RAQUEL DE SOUSA E SILVA COUTINHO, inscrita na OAB/PB, sob o nº. 11.968, todos com escritório profissional situado na Rua Quintino Bocaiúva, 358, sala 04, Torre, Cep: 58.040-320, João Pessoa – PB.

Outorgando-lhes amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 103 do CPC, para que possa representar e defender os interesses do(a) Outorgante em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, como também em seara administrativa, podendo requerer documentações em hospitais e/ou clínicas particulares, bem como, propor contra quem de direito, as ações competentes e defender as contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe poderes especiais para confessar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, renunciar, transigir, fazer acordo, firmar compromisso, receber e dar quitação, receber alvarás, endossar cheques, substabelecer, receber intimação ou citação, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias ou tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso, fazendo tudo que se fizer de direito, sempre no interesse do(a) Outorgante. Obriga-se o Outorgante a pagar aos Outorgados, pelo cumprimento da presente procuração, o correspondente a 30(trinta por cento) do valor da indenização que receber no processo, bem como despesas realizadas em função do mesmo.

### GRATUIDADE JUDICIÁRIA:


Declara ainda o Outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do sustento próprio ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa – PB, de \_\_\_\_\_ de 2017

  
Outorgante



DOCUMENTO 6 \*16%\*

PROIBIDO PLASTIFICAR		744733871	
VALIDA EM TODOS O TERRITÓRIO NACIONAL		744733871	
NOME BERNARDO HERNARDO DE LIMA			
DOC. IDENTIDADE / OUTRO IDENTIFICADOR 2196796			
DATA DE NASCIMENTO 16/05/1979			
LOCAL DE NASCIMENTO 942.942.994-79			
NOME BERNARDO HERNARDO DE LIMA		CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO 05464480760	
NOME BERNARDO HERNARDO DE LIMA		DATA DE NASCIMENTO 27/10/2016	
NOME BERNARDO HERNARDO DE LIMA		DATA DE NASCIMENTO 11/04/2016	
NOME BERNARDO HERNARDO DE LIMA		DATA DE NASCIMENTO 11/04/2016	

IRLEICA FERREIRA DE LIMA  
RUA ANTONIO ANGELO, 208 - CRUZ DAS ARMAS  
JOAO PESSOA/PB CEP 58088-130 (AG 1)

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFASICO  
Roteiro: 17 - 2 - 828 - 8400  
Nº medidor: 00008200426

Referência: Set/2015  
Emissão: 29/09/2015

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-680  
CNPJ 09.095.183/0001-40 - Ins. Est. 16.015.823-0  
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 001.221.688  
Código para Débito Automático: 00008230844

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

08b2 afac b318 15c3 da52 eb28 af57 808d

Conta referente a

CDC (Código do Consumidor): 5/523064-4.

Set / 2015

Canal de contato

Apresentação

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002  
- Redução do valor da bandeira vermelha em 18%, de R\$ 5,50 p.kWh para R\$ 4,50 a cada 100 kWh consumidos conforme Resolução da Agência ANEEL nº 1945/2015, vigente a partir de 01/08/2015

29/09/2015

Data prevista da próxima leitura

29/10/2015

CPF/ CNPJ/ RANI

8488930474

Cálculo de consumo

Faturas em atraso	Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
	Data	Leitura	Data	Leitura			
	27/08/15	0927	29/09/15	10232	1	305	33

11/09/2015 145,57

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30kWh-BR	30	0,14483	4,33
Consumo - 31 a 100kWh-BR	70	0,24784	17,36
Consumo - 101 a 220kWh-BR	120	0,37181	44,82
Consumo acima de 220kWh-BR	85	0,41324	35,12
Adic. B Vermelha			11,34

IMPOSTOS E ENCARGOS

PIS	1,52
COFINS	7,01
CONTRIB SERV LUM PÚBLICA	8,85
JUROS DE MORA 07/2015	1,43
MULTA 07/2015	3,07
ICMS (Base de Cálculo R\$ 205,87   Alíquota 27,00%)	55,53

Histórico de Consumo (kWh)

Agô/15	262
Jul/15	281
Jun/15	319
Mai/15	315
Abr/15	375
Mar/15	488
Fev/15	305
Jan/15	359
Dez/14	476
Nov/14	223
Out/14	213
Set/14	1972

OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS  
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 07/2015

0,27

Média dos últimos meses  
338 kWh

VENCIMENTO

11/10/2015

TOTAL A PAGAR

R\$ 188,54

Indicadores de Qualidade 2015 - Muzare

Limites da ANEEL	Apuração	Limite de Tensão (V)	
		NOMINAL	CONTRATADA
DIC MENSAL	5,80	0,00	220
DIC TRIMESTRAL	11,59		
DIC ANUAL	23,18	0,00	201
FIC MENSAL	3,60		
FIC TRIMESTRAL	7,10	0,00	231
FIC ANUAL	14,20		
DMIC	3,37		
DICRI	12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Servços de Dist. da Energisa PB	44,53	23,62
Compra de Energia	54,51	28,91
Servço de Transmissão	3,77	2,00
Encargos Setoriais	9,95	5,28
Impostos Diretos e Encargos	75,51	40,05
Outros Serviços	0,27	0,14
Total	188,54	100,00

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição (Rel 7/2015) R\$ 48,46

ATENÇÃO

- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 14/10/2015. Conforme Resolução 414 da ANEEL, O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da devida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsiderar essa mensagem.  
- Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.  
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 28,85.  
- Reajuste Tarifário - Vigência 28/08/15 - Res. ANEEL nº 1.938 - Baixa Tensão 10,51% Médio.  
- Reajuste Tarifário - Vigência 28/08/15 - Res. ANEEL nº 1.938 - Alta Tensão 11,47% Médio.

PARAIBA

Roteiro: 17 - 2 - 828 - 8400  
Matrícula: 523064-2015-09-1

VENCIMENTO

11/10/2015

TOTAL A PAGAR

R\$ 188,54

83660000001-9 88540149000-2 05230642015-0 09100020019-5



NOBRE SEGUROS

14 DEZ 2015





03

**POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAIBA**  
**COMANDO DO POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA**  
**BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO - BPTRAN**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**

**DADOS DO ACIDENTE**

Nº BAT <b>0673 - 2015</b>	Responsável pelo Levantamento do Acidente: <b>José Augusto Fernandes</b>	Posto/Graduação: <b>CB/PM</b>
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia: <b>R. Professor Aníbal Moura / R. Leopoldo Bezerra</b>	Hora <b>05:40</b>	Bairro <b>Funcionários I</b>
Município: <b>João Pessoa</b>	U F <b>PB</b>	

Data/Ocorrência <b>24/09/2015</b>	Dia da Semana <b>Quinta-Feira</b>	C/S Vitima (QT) <b>Com</b>	Natureza do Acidente <b>Abaloamento</b>	Tipo de pavimento <b>Calçamento</b>	Condições/Via <b>Seca</b>	Tempo <b>Bom</b>
--------------------------------------	--------------------------------------	-------------------------------	--	--	------------------------------	---------------------

Envolvidos no acidente (Quantidade) <b>02 veículos</b>	Controle do tráfego no local <b>Cruzamento Sinalizado</b>
---	--

**CONDUTOR 01**

Nome <b>Erickson Bernardo de Lima</b>	Sexo <b>Masculino</b>	Nascimento <b>16/05/1977</b>	RG <b>2196796</b>
--	--------------------------	---------------------------------	----------------------

Endereço  
**Rua Antônio Ângelo, 206, Cruz das Armas, João Pessoa PB – Tel.(083)98846-4067**

1ª Habilitação <b>11/04/2012</b>	Categoria <b>A</b>	Registro CNH N.º <b>05464480760</b>	U.F. <b>PB</b>	Ex.méd./Dia <b>Sim</b>	Data Vencimento <b>27/10/2016</b>	Usava cinto	Usava Capacete
-------------------------------------	-----------------------	--	-------------------	---------------------------	--------------------------------------	-------------	----------------

Exame de Embriaguez Alcoólica <b>Não</b>	Comportamento do Condutor <b>Socorrido ao Hospital</b>
---	---

**VEÍCULO 01**

Marca <b>Honda / Bros</b>	Espécie <b>Motocicleta</b>	Placa <b>OGE-7184</b>	Categoria <b>Particular</b>	Município <b>João Pessoa</b>	U.F. <b>PB</b>
------------------------------	-------------------------------	--------------------------	--------------------------------	---------------------------------	-------------------

Nome do Proprietário  
**Erickson Bernardo de Lima**

Seguradora <b>DPVAT</b>	Bilhete N.º <b>012028660211</b>	Renavan N.º <b>0100139762-0</b>	Data da Emissão <b>06/05/2015</b>
----------------------------	------------------------------------	------------------------------------	--------------------------------------

Defeitos  
**Nada constatado**

**VERSÃO DO CONDUTOR 01**

Condutor entregou declaração no dia 29/09/2015 onde o mesmo informou que: Trafegava em Cruz das Armas, em direção ao seu trabalho, quando um indivíduo em fuga da policia atingiu o seu veículo, levando-o ao solo.

**CONDUTOR 02**

Nome <b>Edinaldo Paulo de Oliveira</b>	Sexo <b>Masculino</b>	Nascimento	RG
---	--------------------------	------------	----

Endereço

1ª Habilitação	Categoria	Registro CNH N.º	U.F.	Ex.méd./Dia	Data Vencimento	Usava cinto	Usava Capacete
----------------	-----------	------------------	------	-------------	-----------------	-------------	----------------

Exame de Embriaguez Alcoólica <b>Não</b>	Comportamento do Condutor <b>Conduzido a Delegacia</b>
---	---

**VEÍCULO 02**

Marca <b>Shineray</b>	Espécie <b>Ciclomotor</b>	Placa	Categoria	Município	U.F.
--------------------------	------------------------------	-------	-----------	-----------	------

Nome do Proprietário

Seguradora <b>DPVAT</b>	Chassi <b>LXYXCBL08F0245469</b>	Renavan N.º	Data da Emissão
----------------------------	------------------------------------	-------------	-----------------

Defeitos  
**Nada constatado**

**VERSÃO DO CONDUTOR 02**

Versão prejudicada pois ate a presente data de 20/10/2015 o Condutor não compareceu para prestar os devidos esclarecimentos.

**NOBRE SEGURADORA**

Data da Emissão

14 DEZ 2015



## CONTINUAÇÃO DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0673 - 2015

## VÍTIMA 01

Nome <b>Erickson Bernardo de Lima</b>	Sexo <b>Masculino</b>	Nascimento
Endereço <b>Rua Antônio Ângelo, 206, Cruz das Armas, João Pessoa PB</b>		
Ferimentos	Viajava no Veículo Nº <b>01</b>	Usava Cinto
Condição da Vítima <b>Condutor</b>	Conduzida Para <b>Hospital</b>	

## CONSTATADO

Constatado quando do levantamento que: A vítima foi socorrida pelo SAMU para o Hospital de Traumas com ferimentos pelo corpo. O acidente deu-se no cruzamento da via "A" e "B". As vias são sinalizadas. O C2 e o seu veículo foram conduzidos para a delegacia pela VTR local(CMT Walter Verissimo). O C2 segundo populares teria roubado o V2. No local apresentou-se o senhor Jefferson Ailton Aragão Felix de Oliveira de CPF: 701766884-71), como legítimo proprietário do V2 e confirmou a versão de populares. O V1 foi removido ao pátio do BPTRAN para complemento de boletim.

João Pessoa – PB, 20 de Outubro de 2015.

DELEGACIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO  
Cópia de Conformidade com o Original

EM: 27 / 10 / 2015

ADRIANA S. de Aquino  
Mat. 526.321-2

\_\_\_\_\_  
José Augusto Fernandes CB PM

Responsável pelo Levantamento





POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAIBA  
COMANDO DO POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA  
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO - BPTRAN  
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



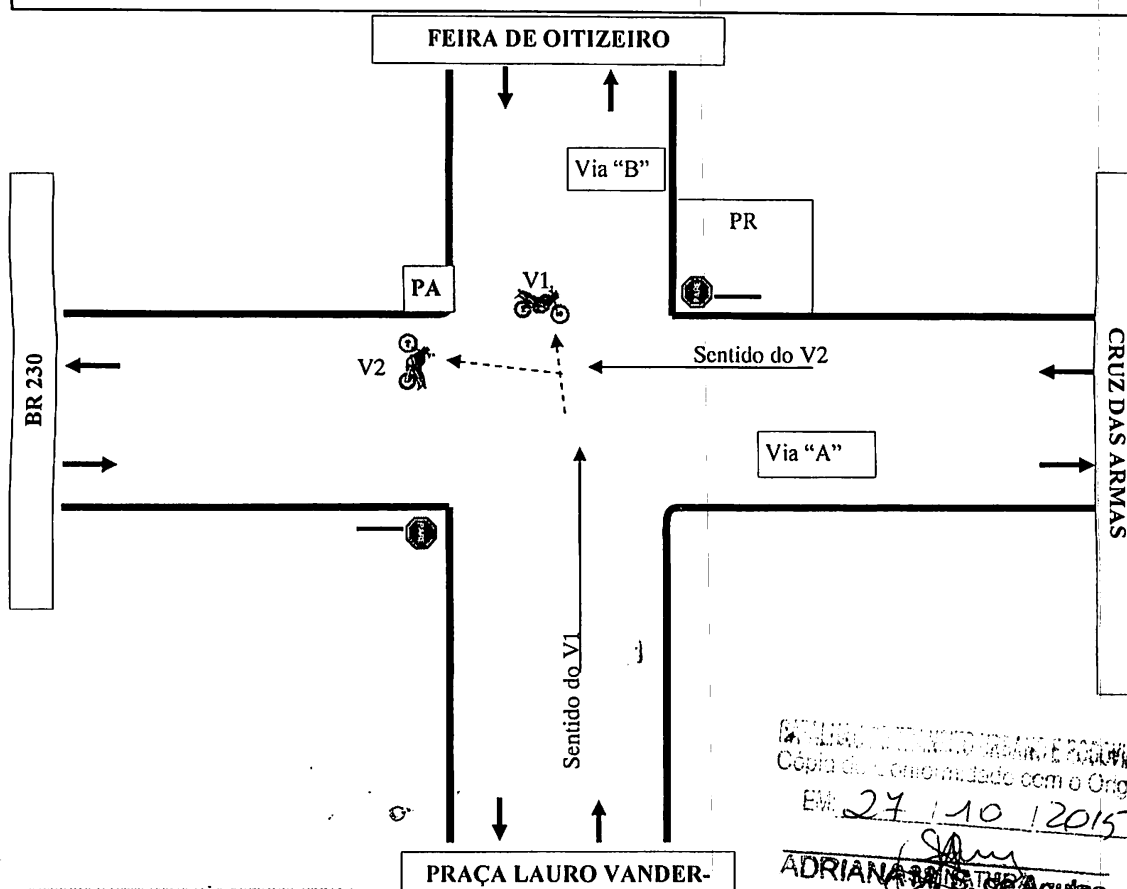
CROQUI DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0673/ 2015

AMARRAÇÕES

VIA "A" - Rua Professor Anibal Moura  
VIA "B" - Rua Leopoldo Bezerra Cavalcante

PR (Ponto de Referência) Residência 145  
PA (Ponto de Amarração) Guia do meio fio

V1 (Veículo 01) Eixos Dianteiro Direito 05.00 e Traseiro Direito 06.60 metros para (PA)  
V2 (Veículo 02) Eixos Dianteiro Esquerdo 01.80 e Traseiro Esquerdo 02.60 metros para (PA)



DESENHO ILUSTRATIVO NÃO OBEDECE ESCALA

PRAÇA LAURO VANDER

AVARIAS



V1



V2

POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAIBA  
Cópia da documentação com o Original

EM: 27/10/2015

ADRIANA B. de Aquino

Mat. 528.321-2

NOBRE SEGURADORA

14 DEZ 2015

José Augusto Fernandes CB PM.  
Responsável pelo Levantamento

DOCUMENTO 8 "T8%"

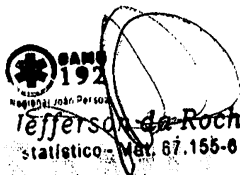


**DECLARAÇÃO**  
Atendendo o requerimento nº 510/163, declaramos para os fins de direitos que consta em nossos registros, sobre protocolo: 959014, o atendimento pré-hospitalar realizado pelo SAMU 192 Regional de João Pessoa ao paciente ERICKSON BERNANRDO DE LIMA, idade 38 anos, vítima de Acidente Automobilístico (Colisão moto x moto) no dia 24/09/2015, Av. Cruz das Armas, Bairro: Cruz das Armas - João Pessoa - aproximadamente às 05:50 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Complexo Hospitalar TarcisioBurity (Ortotrauma - Mangabeira).

**DECLARAÇÃO**

Atendendo o requerimento nº 510/163, declaramos para os fins de direitos que consta em nossos registros, sobre protocolo: 959014, o atendimento pré-hospitalar realizado pelo SAMU 192 Regional de João Pessoa ao paciente ERICKSON BERNANRDO DE LIMA, idade 38 anos, vítima de Acidente Automobilístico (Colisão moto x moto) no dia 24/09/2015, Av. Cruz das Armas, Bairro: Cruz das Armas - João Pessoa - aproximadamente às 05:50 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Complexo Hospitalar TarcisioBurity (Ortotrauma - Mangabeira).

João Pessoa, 27 de Outubro de 2015.

  
**Jefferson da Rocha Augusto**  
estatístico - Matr. 67.155-0 - SAMU 192-JP

**JEFFERSON DA ROCHA AUGUSTO**  
Coordenação do SAME - SAMU 192  
Regional de João Pessoa

**NOBRE SEGURADORA**

14 DEZ 2015

4

**DOCUMENTO 3** \*T3%\*  


Rua: Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - CEP: 58053-900 - João Pessoa - PB  
Fone SAME: (83) 3218-9242; 3218-9125



## CERTIDÃO

Nº. 2417/2015

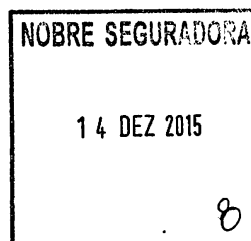
Atendendo solicitação de ERICKSON BERNARDO DE LIMA e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcisio Buritty, certifico a constatação de Ficha de Atendimento Ambulatorial nº 793081 pertencente ao requerente, que foi atendido no dia 24/09/2015 às 07h00min, vítima de acidente de moto, apresentando trauma torácico, escoriações em mão direita e esquerda, pé direito e esquerdo e ombro esquerdo.

Submetido a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou contusão torácica. Atendido e liberado.

E para constar eu, Christine Maria Batista de Brito Lyra, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 29 de Setembro de 2015

  
Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 3137



## DOCUMENTO 5 \*T5%\*



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA  
 COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA  
 R. AG. FISCAL JOSE COSTA DUARTE, S/N  
 58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980  
 FAX: (83) 3214-1981 CNPJ: 10.202.434/0001-28

Ficha Nr: 793081 Atd: Nao Regulado  
 Data: 24/09/2015  
 Hora: 07:00:00  
 Recepcionista: ADEILDO JUSTINO DA SILVA  
 Clinica: CIRURGICA

## DADOS DO PACIENTE

Nome: ERICKSON BERNARDO DE LIMA  
 Num. de vezes atendido: 1  
 Num. Prontuario: 2015.09.001981  
 CNS: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 2196796 Fone: 987016991  
 Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 16/05/1977 Id: 38 ano(s)  
 End.: RUA ANTONIO ANGELO, 206  
 Bairro: CRUZ DAS ARMAS Cidade: JOAO PESSOA UF: PB  
 Pai: SEVERINO SOARES DE LIMA  
 Mae: MARIA DO SOCORRO BERNARDO DE LIMA  
 Ocupação: FRENTISTA (POSTO DE GASOLINA)  
 INFORMACOES DE ENTRADA  
 Resp.: IRLEIKA FERREIRA DE LIMA/ESPOSA  
 Tel/Doc. Responsavel: / SEM DOCUMENTO: SD  
 Procedencia: OUTRO VIA PUBLICA

Transporte utilizado: SAMU

Vitima de acidente por: NAO

Vitima de violência por: COLISAO MOTO C/MOTO HJE AS 5.45 HRS

[ ] Caso Policial

## PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: FR:  
 FC: TP:  
 Peso: Altura:  
 Glicemia: IMC:  
 Circ. Abd: O2%:

## CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[ ] Aparentemente Bem [ ] Grave  
 [ ] Politraumatizado [ ] Convulsao  
 [ ] Hemorragia [ ] Dispneia  
 [ ] Diarreia [ ] Agitado  
 [ ] Regular [ ] Chocado  
 [ ] Vomito

Queixa Principal

Observacao

COLISAO MOTO COM MOTO

Paciente com historia de acidente de moto há ±  
 2h (edivas e pedestre) queixa-se de dor em região

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

anterior do tórax. Apresenta exsudação em mat  
 D e E; p e D e E. e ombro E

Nega perda de consciência; vômitos ou tontura

Diagnostico Glasgow 15.

Conduta

Não apresenta desconforto respiratório

Prescrição Nega queixas abdominais

Nega cervicalgia

Nega alergia medicamentosa; patologias  
 menstruais ou uso regular de medicação

14 DEZ 2015

conduta = consulta emergencial  
curativos

Sol. Rx de torax

→ Tilatil 40mg EV diemudo 02:50

Dele  
Ana Virginia L. da Costa  
Cirurgia Geral  
CRM 4417

No Rx de torax, não identifique fraturas

Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo) | Preencho ou preenchimento

cond = Sol. Rx de coluna torácica

Sol. Parecer da ortopedia  
Liberado da ci. geral

Dele  
Ana Virginia L. da Costa  
Cirurgia Geral  
CRM 4417

24/09/15 # ORTOPEDIA ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtde | Medicamentos | Dose | Horário | Evolução

Paciente vítima de queda de moto com queixa  
de dor em humerô direito, principalmente a  
inspiração profunda. Nega dor no cotovelo.  
Radiografia sem alterações ósseas. no radiografar  
da coluna.

Hist: Contusões Torácicas??

Alta de ortopedista

Reservado p/ liberação

Assinatura da Enfermagem

Jose Carlos Gomes  
MEDICO  
CRM 5741

Dr. Tullio A. M. Tor  
Ortopedia e Traumatol  
Clr. Ombro e Cotovelo-Artrosc  
CRM 5930 SBOT 8741

PROCEDIMENTO REALIZADO

24/09/15 Paciente foi avaliado e liberado pela cirurgia  
09:40 guel. Após ser documentado desce em esguicho

DESTINO DO PACIENTE

[ ] Residência [ ] Transferido [ ] Assistência [ ] UTI  
[ ] Alta a pedido [ ] Enfermaria Obito: [ ] Atestado [ ] SVO [ ] IML

glaugem 15, exteul hemodinâmica.  
Cé. entidade abstrida de

NOBRE SEGURADORA  
03 dias

Assinatura do Paciente/Responsável

Júlia T. de Lima

Assinatura e Carimbo do Médico

0301560029

14 DEZ 2015  
0301560029



**RECEITUÁRIO MÉDICO - SUS**

NOME: Epickson Bernardo de Lima

UTI ORL

R

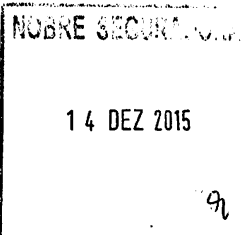
① Iloxenil 60mg — ORL

Tomar de 8 em 8 horas, a 5 dias

24/09/15

Assinatura e Carimbo

Assinatura e Carimbo





### ATESTADO MÉDICO

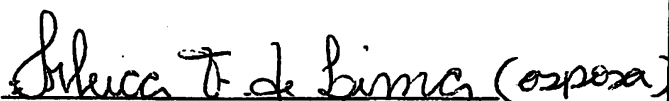
Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a)  
Sr.(a) ENCKSON Burendo de Lima portador(a) da  
identidade RG 2196786, que o(a) mesmo(a)  
foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às 09:40 horas, portador(a) da  
patologia CID-10 S20.2, devendo permanecer afastado(a)  
de suas atividades laborativas por um período de 03  
( três ) dias, a partir desta data.

João Pessoa, 24/09/15  
Reginairo N. M. Alves

  
Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

### AUTORIZAÇÃO

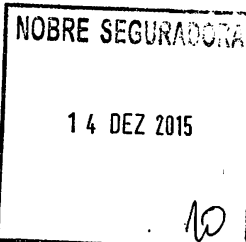
Eu, \_\_\_\_\_, autorizo o(a)  
Dr.(a) \_\_\_\_\_, a registrar o diagnóstico  
codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

  
Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Rua Ag. Físic. José Costa Duarte, S/N, CEP 50050-304, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



## **SINISTRO 3151034091 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** ERICKSON BERNARDO DE LIMA

**COBERTURA** Invalidez

**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO**

Nobre (LIDER) Seguradora do Brasil S/A-Filial Rio de Janeiro-RJ

**BENEFICIÁRIO** ERICKSON BERNARDO DE LIMA

**CPF/CNPJ:** 02494259479

**Posição em 29-06-2017 15:16:17**

Pedido de indenização negado conforme carta enviada ao beneficiário.





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE JOÃO PESSOA  
10ª VARA CÍVEL

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança visando ao recebimento do seguro obrigatório (DPVAT) decorrente de danos pessoais provocados por acidente automobilístico, instituído pela Lei Federal nº 6.194/74.

No compulsar dos autos, verifico que não há requerimento administrativo do autor junto à Seguradora para recebimento dos valores decorrentes da alegada debilidade permanente referida na exordial.

Acerca do tema, destaco que o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu na mesma linha de raciocínio seguida no Recurso Extraordinário nº 631.240, da relatoria do Ministro Roberto Barroso, que trata de benefício previdenciário, com repercussão geral reconhecida, pela necessidade de prévio requerimento administrativo como condição para o acesso ao poder judiciário nas ações de cobrança de seguro DPVAT (RE nº 824712).

Assim, o Judiciário somente estaria legitimado a atuar desde que comprovado o pedido prévio na via extrajudicial para conferir o interesse processual do autor.

Vejamos os julgados citados:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. **A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo.** 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. **É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o esgotamento das vias administrativas.** 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. 4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo – salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada a conhecimento da



Administração –, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento o menos tácito da pretensão. 5. **Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos.** 6. **Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte:** (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) **caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão;** (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. 7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis a próprio requerente, extingui-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir. 8. **Em todos os casos acima – itens (i), (ii) e (iii) –, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais.** 9. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, reformando-se o acórdão recorrido para determinar a baixa dos autos ao juiz de primeiro grau, o qual deverá intimar a autora – que alega ser trabalhadora rural informal – a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado para que, em 90 dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a data do início da ação, para todos os efeitos legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a subsistência ou não do interesse em agir. (STF: RE 631240, Relator (a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11-2014) (Grifei)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. GARANTIA DE ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO. EXIGÊNCIA DE REQUERIMENTO PRÉVIO. CARACTERIZAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE AFRONTA A ART. 5º, INC. XXXV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. REQUERIMENTO INEXISTENTE MAS DESNECESSÁRIO PORQUE ATENDIDA REGRA DE TRANSIÇÃO PELA CONTESTAÇÃO DE MÉRITO DA SEGURADORA (RE 631.240). AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (STF: RE 824712 AgR, Relator (a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 19/05/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-105 DIVULG 02-06-2015 PUBLIC 03-06-2015) (Grifei)

Assim, nos termos do art. 321 do CPC, intime-se o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, de modo a comprovar que requereu administrativamente o seguro DPVAT antes do ajuizamento da demanda, sob pena de indeferimento da inicial.

João Pessoa/PB, 19 de dezembro de 2017.

**R i c a r d o**  
**Juiz de Direito**

**d a**

**S i l v a**

**B r i t o**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DA CAPITAL.**

**ERICKSON BERNARDO DE LIMA**, já qualificado nos autos, por seus advogados, adiante assinados, legalmente constituídos nos termos do instrumento procuratório acostado, com escritório profissional sito à Rua Quintino Bocaiúva, 358, sala 04, Torre, nesta Capital, onde receberão as notificações e intimações de estilo que o caso requer, vem, perante Vossa Excelência, em atenção ao despacho retro Informar sobre a **juntada prévia do comprovante do requerimento administrativo ID 8494940. Informando ainda que, até a presente data a Seguradora não efetuou qualquer pagamento, extrapolando o prazo legal.**

**“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”**

De qualquer forma, se fosse o caso, rebuscando-se na legislação pátria e nos entendimentos jurisprudenciais em todo o território nacional e em especial, no Tribunal de Justiça da Paraíba e no STF, é categórico se afirmar que o contido na sentença fere preceitos constitucionais, bem como fere o direito da ampla defesa e contraditório, por parte do Recorrente, O QUE NÃO É O CASO DOS AUTOS, TENDO EM VISTA A EXISTÊNCIA DA PRETENSÃO RESISTIDA QUANDO EM SEDE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO A SEGURADORA NEGOU/ DIFICULTOU O PEDIDO DA AUTORA.



É NOTÓRIO - E ESTE SODALÍCIO TEM RECEBIDO PROCESSOS DESTA NATUREZA - O GRANDE NÚMERO DE DEMANDAS JUDICIAIS DE SEGURADOS QUE RECEBEM VALORES ÍNFIMOS NA ESFERA ADMINISTRATIVA E BATEM AS PORTAS DO JUDICIÁRIO PARA COMPLEMENTAREM. ORA, TAL PRÁTICA JÁ SE CONFIGURA NUMA AMEAÇA AO DIREITO PERSEGUIDO PELA PARTE.

Outrossim, **importante salientar que a Lei 6974/74 não dispõe em seu texto a obrigatoriedade de requerimento administrativo, muito menos de exaurimento das vias administrativas, como condição para se buscar o Judiciário**, característica esta típica do direito do desporto.

Vejamos:

E M E N T A- APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA - DESNECESSIDADE - NULIDADE DA SENTENÇA - RECURSO PROVIDO. Em se tratando de pagamento do seguro obrigatório DPVAT, **não é necessário o esgotamento da esfera administrativa para o recebimento da indenização**, tendo a parte interessada a faculdade de ajuizar a demanda diretamente perante o Poder Judiciário. (TJ-MS - APL: 08122818820138120001 MS 0812281-88.2013.8.12.0001, Relator: Des. Eduardo Machado Rocha, Data de Julgamento: 10/12/2013, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/01/2014)

Diante desses fatos, estabelecida a lide, restou à parte requerente ingressar na justiça para fazer valer o direito dela, **neste ato reiterando a juntada da negativa do pagamento da indenização pleiteada, ID 8494940.**

-



Nestes termos. Espera deferimento.

João Pessoa, 12 de março de 2018.

***Fabio Carneiro Cunha Lima***

*Advogado – OAB/PB nº. 13.527*

***Ana Raquel de S. e S. Coutinho***

*Advogada – OAB-PB nº. 11.968*



<b>Nº</b>	<b>do</b>	<b>Processo:</b>	<b>0831218-40.2017.8.15.2001</b>
<b>Classe</b>	<b>Processual:</b>	<b>PROCEDIMENTO</b>	<b>COMUM (7)</b>
<b>A s s u n t o s :</b>			<b>[ S E G U R O ]</b>
<b>AUTOR:</b>	<b>ERICKSON</b>	<b>BERNARDO</b>	<b>DE LIMA</b>
<b>RÉU:</b>	<b>BRADESCO SEGUROS S/A</b>		

Num. 19753666 - Pág. 1

ANEXO



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3151034091 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ERICKSON BERNARDO DE LIMA **Data do acidente:** 24/09/2015 **Seguradora:** NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 22/12/2015

**Valoração do IML:** 0

**Diagnóstico:** TRAUMA NO TORAX E NO MEMBRO SUPERIOR E INFERIOR ESQUERDOS

**Resultados terapêuticos:** CONTUSÃO

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:** Sem sequela

**Conduta mantida:**

**Quantificação das  
sequelas:**

**Documentos  
complementares:**

**Observações:**

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	\$0.00

### PRESTADOR

AMORIM E MATTOS SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LT

**Nome do médico:** PAULO ARTUR DE ARAUJO AMORIM

**CRM do médico:** 52.86271-1

**UF do CRM do médico:** RJ

**Assinatura do médico:**

